

OS MODELOS DE UNIVERSIDADE E O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO BRASILEIRO

Junia de Freitas Knychala
Graduanda em Geografia – Universidade Federal de Uberlândia
junia_f_k@yahoo.com.br
Lucas Mendes Costa
Graduando em Geografia – Universidade Federal de Uberlândia
lucas.mendescosta@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As instituições de ensino superior no Brasil, ou as universidades brasileiras, são notoriamente reconhecidas como os grandes agentes modernizadores da sociedade e do pensamento social em geral, porém pouco se discute sobre as implicações que essas instituições tiveram sobre o espaço e suas importâncias no processo de ocupação e ordenamento do território nacional. Pouco se lembra também, de que, o que se denomina “modernidade” ou “modernização”, não podem ser tomadas como marcos fixos na história do país. Esses conceitos são muito bem tratados sobre a ótica da história e livres do pragmatismo datista.

O caso da inserção brasileira no quadro da modernidade pode ser compreendido a partir dos primeiros passos da nação rumo à sua internacionalização e até mesmo sob a ótica da fundação dos primeiros institutos de cunho científico e tecnológico. Como exemplo disso, a fundação dos diversos Institutos Históricos e Geográficos ainda no início do século XIX.

É nítida nessa geração de intelectuais a mudança da percepção e sensibilidade sociais traduzidas no anseio de mudanças no mundo da política. O Manifesto Republicano de 1870 é considerado um dos marcos da modernização brasileira (MACHADO, 1973). Nesse documento enfatizava-se a necessidade urgente da abolição da escravidão e da instauração da República. Essas mudanças eram compreendidas como indispensáveis para

garantir a entrada do Brasil na modernidade. É forte a imagem de um mundo novo contrastando com as ruínas do antigo. É Silvio Romero quem nos diz: “Na política é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico o travar da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso. Um bando de idéias novas esvoaçavam sobre nós de todos os pontos do horizonte.”(VELLOSO, P.354)

Um dos primeiros problemas enfrentados pelo Brasil, nesse caminhar rumo à modernização, foi a dificuldade encontrada para o estabelecimento da sua identidade nacional e étnica (fato esse muito bem explicado pela tríade historiográfica brasileira: Caio Prado Junior, Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda). A manutenção da ordem para o progresso, tema positivista inscrito na bandeira nacional, foi o argumento usado para justificar a falta de mobilidade social e assegurar o poder nas mãos da elite durante o século XIX e XX.

O histórico de colonização e ocupação brasileiro nos revela muito do que tornar-se-ia o país. O que talvez não se esperava, é o anseio da elite local em tornar o Brasil um país com condições econômicas, culturais e políticas, para reproduzirem aqui os seus modos de vida europeus. Eventos como a Semana de Arte Moderna e a criação do partido comunista em 1922 contribuíram com a disseminação dos ideais modernistas, que em pouco tempo depois, apresentam para a cultura e educação do país um salto quantitativo e qualitativo significativo. No início do século XX, a fundação da Academia Brasileira de Ciências (ABC), da Academia Brasileira de Educação (ABE), e da universidade do Paraná (1912); são bons exemplos do avanço da discussão progressista.

A temática gerada em torno das universidades vinha sendo discutida nas Conferências Nacionais de Educação, nos respectivos anos de 1927, 1928 e 1929, revelando os anseios presentes pelo menos entre alguns setores das classes hegemônicas. Além da instalação de universidades, cogitava-se também a reformulação das

instituições de ensino superior, já existentes. (KYCHALA; ANSELMO, P.111)

A temática acerca da criação das universidades no Brasil começa a ser recorrente no início do século XX e torna-se ainda mais calorosa após as instigações propostas pela elite e da crise econômica e de abastecimento em 1929. As políticas de desenvolvimento de Ciência e Tecnologia (C&T) passam a ter apoio do governo e a proposta de criação de uma universidade em São Paulo mostra-se mais concreta.

A respeito da Universidade de São Paulo (USP) pode-se dizer que foi idealizada pelo Estado brasileiro em atendimento aos anseios da elite e da sociedade, e que foi pensada cuidadosamente, analisando-se o modelo organizacional ideal, os cursos a serem institucionalizados a princípio e a contratação dos profissionais.

OS MODELOS DE UNIVERSIDADE E O MODELO DA USP

Buscando entender os modelos de Universidade que permearam a consolidação da instituição de ensino superior no Brasil, podemos destacar três correntes que foram fundamentais durante este processo, o modelo francês, o modelo alemão e o ainda pouco explorado modelo norte-americano.

A historiografia tradicional considerou o modelo francês como o mais influente na formação da universidade brasileira, colocando-o inclusive à frente da FFCL (Faculdade de Filosofia Ciência e Letras) da USP, que fora considerada a célula organizadora de toda Universidade de São Paulo (SCHWARTZMAN, 1979). Contudo é preciso que esta questão seja examinada com cuidado, visto que pesquisas mais recentes vem apontando a importância do modelo alemão de universidade na constituição da USP.

A proposta francesa de universidade, assim como a alemã, possuía a preocupação com a questão nacional, ou seja, com a formação de uma noção de nacionalidade entre sua população (PAULA 2002, p.152), porém a idéia de universidade na França se diferenciava no sentido de que o Estado tinha total influência sobre a instituição de ensino superior. Assim, os conteúdos dos cursos estavam diretamente ligados aos interesses do Estado, bem como todo financiamento do ensino e das pesquisas.

Outro ponto a ser destacado na universidade francesa é a separação entre

pesquisa e ensino. Somente algumas instituições eram selecionadas à prática da pesquisa e ao ensino de excelência, ao passo que todas as demais se voltavam ao ensino técnico e profissionalizante. PAULA (2002, p.152) ao explicar a metodologia da academia francesa afirma que, “a universidade francesa, desde Napoleão, é mantida e dirigida pelo Estado, tornando-se uma espécie de aparelho ideológico deste, com pequena autonomia frente a poderes políticos”

Por outro lado, a universidade alemã possuía valores que iam de encontro aos da instituição francesa, valorando acima de tudo a educação humanista e a busca pela formação filosófica, artística e científica do indivíduo. Ainda que ambas as universidades, alemã e francesa, fossem diretamente financiadas pelos seus respectivos Estados, a primeira possuía relativa autonomia, gozando de liberdades intangíveis nas universidades francesas. Isso aconteceu devido a dinâmica entre os atores sociais que encamparam a criação de cada um destes modelos universitários. Na França napoleônica o modelo universitário não poderia ser outro, dado o autoritarismo e a truculência do governo bonapartista. Já na Prússia, a elite liberal, desejosa de pensadores que legitimassem a criação de um Estado germânico, financiou a universidade tendo como escopo científico principal as ciências humanas e do desenvolvimento filosófico. Logo podemos observar que

No modelo alemão, a preocupação com a constituição da nacionalidade se deu numa chave liberal-elitista, com maior autonomia da universidade diante do Estado, desembocando numa concepção mais idealista e acadêmica, e menos pragmática de universidade. (PAULA 2002, pag. 153)

Outro aspecto em destaque na concepção acadêmica alemã é a relação entre pesquisa e ensino. O modelo alemão ressalta a importância da pesquisa para educação e para formação pessoal de cada indivíduo, frisando uma formação científica humanista e abrangente, em detrimento da formação tecnicista e pragmática proporcionada pela universidade francesa. Dessa particularidade alemã surge a importância das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, na estruturação e organização do modelo universitário em

Berlim. Somadas as características do modelo alemão, fica claro que a universidade proposta por Guillermo de Humboldt e seus colaboradores buscava acima de tudo um estudo científico mais neutro, livre das imposições diretas do Estado e mais próximo da verdade.

Além disso, pretendia-se através da universidade reforçar a identidade nacional dos povos germânicos presentes nos condados e principados que circundavam a Prússia, para que posteriormente fosse possível a consolidação de um Estado alemão. Ou seja, as bases ideológicas que sustentam os pilares da universidade alemã são muito diferentes das idéias que dão suporte a academia francesa, devido ao seu contexto histórico e social.

Por fim, se faz necessário caracterizar o modelo universitário norte-americano e sua influencia nas universidades brasileiras. Diferentemente das propostas alemã e francesa o modelo vindo dos Estados Unidos não teve a preocupação direta com a formação de uma identidade nacional em seu território, mas esteve associado às necessidades da sociedade de consumo em massa e à reprodução do capital sobre as mais diversas regiões do espaço. Procurando ajustar o exercício do ensino e da pesquisa às necessidades da sociedade capitalista, o que vemos no modelo norte-americano é a busca pelo funcional, pretendendo atender a demanda dos setores produtivos, do Estado e da sociedade. Portanto o conhecimento produzido por este modelo universitário é técnico, aplicado e pratico, ignorando a formação intelectual e humanista, inerentes ao completo desenvolvimento científico e filosófico dos indivíduos.

Assim se a universidade napoleônica está a serviço do Estado, a universidade norte-americana esta a serviço do capital, tendo o especialista ou o cientista-técnico como seu maior expoente, em oposição ao modelo alemão que valoriza o professor como agente político e administrativo dentro da instituição de ensino.

No caso das universidades brasileiras muito já se foi discutido sobre a inserção do modelo universitário norte-americano no pós-segunda guerra, contudo em uma análise mais minuciosa, como foi promovida por MARINHO (2001), nos fica claro que através da Fundação Rockefeller, a USP mesmo antes de sua fundação já vinha tendo contatos com a política educacional norte americana.

Nesse sentido, a presença e atuação da

Fundação Rockefeller em países da Europa, América Latina, Oriente Médio e Sudeste Asiático têm sido associadas à expansão dos interesses econômicos dos Estados Unidos por todo planeta, sobretudo a partir do final do século XIX. Entretanto, como instituição filantrópica, a Fundação Rockefeller constitui-se formalmente como sociedade civil, sem fins lucrativos, cujo ideário assinalava o objetivo de trabalhar em prol da humanidade. (MARINHO 2001, pag.16)

Durante o início do século XX até os anos 50 a Fundação Rockefeller esteve representada em importantes setores acadêmicos da USP, tendo figuras como Ernesto Campos de Souza e Zeferino Vaz como representantes das políticas e do modelo de vida norte-americano no Brasil. Por conseguinte, as ciências exatas e biológicas receberam forte apoio da iniciativa privada norte-americana, no objetivo de proliferar a influencia do capital e do modelo de vida estadunidense no Brasil.

No caso dos modelos alemão e francês, podemos destacar a importância destes no projeto de elaboração da USP, o que muito refletiu nas primeiras contratações e nos primeiros cursos a serem institucionalizados nessa universidade.

Segundo SCHWARTZMAN (1979) ainda no processo de idealização da USP já estava posto o desejo de que essa universidade se afinasse aos modelos francês e alemão. As discussões em torno dessa decisão foram inúmeras e o que se acertou sobre o fato reflete ainda hoje na organização dessa instituição.

A base de que se partiu para dar corpo à nova universidade era certamente o denominador comum que as discussões da década anterior tinham legado: uma universidade que não seria simplesmente uma agregação de escolas profissionais superiores; cujo eixo central ou *célula mater* seria uma Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, onde seria promovida a pesquisa em tempo integral, contribuindo para um conhecimento universal, puro e

desinteressado, ficando a aplicação da ciências para as escolas profissionais; que seria amplamente autônoma do ponto de vista administrativo e acadêmico; que formaria uma elite cultural dinâmica, capaz de assumir a liderança no processo de superação do estado de atraso em que se encontrava o país. (SCHWARTZMAN, P. 197)

A USP, desse modo, assume um caráter misto de organização: a FFCL colocada como *célula mater* dessa universidade e com uma organização tipicamente alemã, os outros cursos e institutos com fundamentação alemã e francesa, e com o passar do tempo a inserção do modelo norte-americano nos institutos biomédicos prioritariamente.

A INSERÇÃO DOS CURSOS DE GEOGRAFIA NA UNIVERSIDADE E SEU PAPEL NO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

É entre os cursos propostos pela FFCL que a Geografia é institucionalizada no Brasil. A opção pelos primeiros contratados para esse curso é francesa em função do histórico de estudo e produção desse país na área de Geografia.

Nos anos posteriores à institucionalização, a ligação entre as produções brasileiras e francesa eram muito forte. Pierre Deffontaines e Pierre Mombeig foram os precursores da Geografia no Brasil, e também os responsáveis pelo desenvolvimento dessa ciência e sua justificação perante o Estado.

A geografia que se propõe na instalação da universidade veio cumprir um papel significativo no sentido de criar e conduzir esse ideal de modernidade desejado e necessário ao contexto da formação sócio-espacial brasileira naquele momento histórico específico, ou seja, às escolhas das classes hegemônicas. Está embutida uma certa concepção de modernidade pautada nos ideais iluministas em que a racionalidade científica permitiria alcançar os objetivos maiores do progresso social. (KNYCHALA; ANSELMO

P. 112)

O curso de Geografia junto ao Estado brasileiro foi assumindo diversas responsabilidades ao longo do tempo. Missões de reconhecimento do território, de recenseamento da população. Expedições de estudos antropológicos, geológicos, climáticos e naturalistas. Formulações de teorias acerca da identidade, do espaço e território brasileiro. Via de regra, esses foram os estudos e as contribuições dos geógrafos a partir da institucionalização dessa ciência.

Diga-se que o auge da valorização da formação acadêmica coincidiu com o momento de expansão da civilização para o interior do Brasil. Os anos de 1960 são marcados pelas numerosas políticas de interiorização no país, um bom exemplo disso, o planejamento e a construção da capital Brasília no centro do país.

A iniciativa de interiorizar a civilização, a modernidade e a economia foi acompanhada do ideal de disseminar pelo país os institutos de ensino. Centenas de Faculdades Isoladas ou Escolas Isoladas foram contabilizadas nos anos da década de 1960, e a partir dessas as universidades começaram a ser pensadas.

Hoje, como reflexo dessa expansão e dessa interiorização, podemos citar alguns centros de produção científica na área de Geografia, que juntos têm um papel importante na manutenção dessa ciência e de seu caráter auxiliar ao Estado. A Universidade de Brasília, a Universidade Federal de Uberlândia, a Universidade de Minas Gerais, a Universidade de Campinas, e as Universidades Estaduais de São Paulo são exemplos de centros que foram criados em consequência dessa interiorização ou que tiveram um papel importante para tal ação, e que hoje são tidos como agentes constantes de modernização desses espaços.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BARROS, R. S. M. **A ilustração brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo, 1959.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil. 1930-1970**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1971.

KNYCHALA, J. F.; ANSELMO, R. C. M. S. A idéia de modernidade e a interiorização das universidades no Brasil: a Geografia na Universidade Federal de Uberlândia. IN: **Caminhos de Geografia**. V. 10, N. 31. Uberlândia, Setembro, 2009. P.109- 116. Disponível em: <http://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br/viewissue.php?id=59>

LAHUERTA, M. Moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, H.C.; COSTA,

- W.P. (Orgs). **A década de vinte e as origens de um Brasil moderno**. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1997. (Prismas)
- MACHADO, L. O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). IN: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORREA, R. L. **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, P. 309-353.
- MARINHO, M. G. S. M C. **Norte-americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952)**. São Paulo: Autores Associados, 2001.
- MORAES, A.C.R. Ideologias geográficas e projetos nacionais. O território na perspectiva das elites brasileiras. IN: ANDRADE, M.C.; FERNANDES, E.M.; CAVALCANTI, S.M. **Além do apenas moderno. Brasil séculos XIX e XX**. Recife: Ed. Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 2001.
- MOTOYAMA, S. 1930-1964: Período Desenvolvimentista. In: **Prelúdio para uma história – ciência e tecnologia no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- PAULA, M. F. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. IN: **Avaliação**. V.14, N.1. Campinas; Sorocaba, março, 2009. P.71-84.
- SCHWARTZMAN, S. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Nacional; Rio de Janeiro: FINEP, 1979.
- VELLOSO, M. P. O modernismo e a questão nacional. IN: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. **O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da Republica à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. P.351-386